



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI COMPLEMENTAR N.º 038 , DE 10 DE OUTUBRO DE 2007.**

**"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 005/91 DE 27 DE AGOSTO DE 1991 QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O Conselho Municipal de Educação – CME, criado como órgão assessor junto à Secretaria Municipal de Educação e normativo das escolas da Rede Municipal de Educação básica e das unidades escolares da Educação Infantil privada, tem como objetivo principal normatizar e avaliar o Sistema Municipal de Ensino.

**Art. 2º.** O funcionamento do Conselho Municipal de Educação será disciplinado em Regimento Interno, aprovado por dois terços de seus membros e homologado por Decreto do Executivo.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 3º.** O Conselho Municipal de Educação será composto por 07 (sete) membros titulares, denominados Conselheiros, escolhidos entre cidadãos de comprovada idoneidade moral e formação profissional no Magistério, sendo:

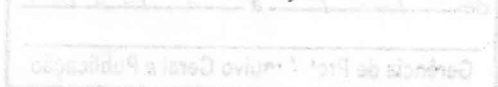
I – Dois Conselheiros escolhidos pelo Chefe do Executivo, para um mandato de quatro anos;

II – Um Conselheiro indicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para um mandato de três anos;

III – Um Conselheiro escolhido pelas Instituições de Ensino Superior, instaladas no município e/ou conveniadas com a Prefeitura, para um mandato de dois anos;

IV – Dois Conselheiros escolhidos pelos Conselhos Escolares das Associações de Pais e Professores das escolas da rede de ensino público municipal, para um mandato de três anos;

VI – Um Conselheiro escolhido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município, para um mandato de dois anos.





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**

### **CABINETE DO PREFEITO**

**§ 1º.** Os mandatos respectivos de quatro, três e dois anos terão início e término na mesma data.

**§ 2º.** Cada membro efetivo terá suplente com igual mandato, para substituí-lo nas ausências e impedimentos e sucedê-lo, no caso de vacância, escolhido ou indicado pela respectiva instituição, dentre pessoas que preencham os requisitos do caput deste artigo.

**§ 3º.** Havendo vacância, o suplente concluirá o mandato do titular, sendo indicado ou escolhido novo suplente, para concluir o mandato antecessor.

**§ 4º.** Os Conselheiros e suplentes serão nomeados pelo chefe do Executivo.

**§ 5º.** É vedada mais de uma recondução de Conselheiro ou de suplente.

**Art. 4º.** O Conselheiro poderá afastar-se temporariamente, por período não superior a três meses, mediante licença concedida pelo colegiado.

**Art. 5º.** O Conselheiro poderá ter seu mandato interrompido ou suspenso por motivos definidos no Regimento Interno.

**Art. 6º.** O exercício de Conselheiro é incompatível com o de:  
I – Secretário Municipal;  
II – Secretário Adjunto ou equivalente;  
III – Titular de cargo eletivo municipal, estadual ou federal.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO FUNCIONAMENTO E COMPETÊNCIAS**

**Art. 7º.** Dentre outras definidas em regimento, são atribuições do CME, obedecida a repartição de competências entre o Município, o Estado e a União:

- I – baixar normas para o Sistema Municipal de Ensino;
- II – aprovar o Plano Municipal de Educação, o qual deverá estar em consonância com as normas e critérios do planejamento estadual e federal.
- III – fiscalizar a correta aplicação de normas federais, estaduais e municipais no âmbito da rede escolar do Município;
- IV – responder consultas de autoridade educacional do Município acerca de matéria pertinente às suas competências;
- V – promover e divulgar estudos sobre o Sistema Municipal de Ensino;
- VI – adotar ou propor modificações e medidas que visem a expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;
- VII – manter intercâmbios com os Conselhos Estadual e Nacional de Educação;
- VIII – elaborar e aprovar, por votação favorável de dois terços, o seu Regimento Interno;



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**

### **GABINETE DO PREFEITO**

IX – escolher o seu Presidente.

**Art. 8º.** O funcionamento do CME se dará através de sessões plenárias para decisões de matéria de caráter geral, e de Câmaras, para a deliberação de assuntos específicos.

**Art. 9º.** As decisões plenárias do CME, salvo exceções previstas nesta Lei, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.

**Art. 10.** As reuniões plenárias serão dirigidas por um Presidente escolhido entre os membros do CME, para mandato de dois anos, permitida a recondução por uma só vez.

**Art. 11.** As Câmaras devem apreciar os processos, responder a consultas, examinar relatórios, apresentar sugestões, analisar as estatísticas e realizar as diligências determinadas pelo Plenário.

**Art. 12.** O CME publicará anualmente documento onde estejam registrados todos os pronunciamentos, pareceres e legislação geral, para a administração da educação municipal.

**Art. 13.** O Secretário Municipal de Educação poderá convocar reuniões especiais com o CME para discutir e apreciar, em conjunto com as direções de escolas, problemáticas que exigem direcionamento geral da Educação Municipal.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 14.** A estrutura organizacional do CME é constituída de:

- I – Presidência;
- II – Conselho Pleno;
- III – Câmaras;
- IV – Departamento Técnico de Acompanhamento, Supervisão, Planejamento, Normatização e Avaliação;
- V – Departamento Administrativo de Apoio Administrativo de pessoal, patrimônio, material, transporte e informática.

**Parágrafo único.** Os cargos de livre nomeação integrantes do CME são os constantes dos incisos IV e V desta Lei e serão remunerados no nível de CC 3 da estrutura de cargos da Prefeitura.

**Art. 15.** O Plenário do CME se reunirá ordinariamente duas vezes por mês e cada Câmara uma vez por semana, sendo permitidas reuniões extraordinárias para atender prementes necessidades.

**Parágrafo único.** Durante o recesso do CME, havendo justificado motivo, poderá este ser extraordinariamente convocado por seu Presidente ou pelo Secretário Municipal de Educação.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

### GABINETE DO PREFEITO

**Art. 16.** Aos Conselheiros, inclusive o Presidente do CME, será concedido por reunião que participarem, do Plenário ou Câmaras, pagamento correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento inicial do cargo de professor licenciatura plena.

**Parágrafo único.** O Conselheiro Presidente fará jus, por reunião que participar dirigindo os trabalhos do Plenário, ao pagamento de 15% (quinze por cento) do vencimento inicial do cargo de professor licenciatura plena.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 17.** O CME constitui unidade orçamentária e elaborará o Plano de Trabalho Anual – PTA, com o fim de assegurar os recursos destinados à sua manutenção.

**Art. 18.** A despesa decorrente da aplicação desta Lei Complementar correrá por conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SEMECE, ficando autorizada a sua suplementação, se necessário.

**Art. 19.** A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes proporcionará ao CME as condições de funcionamento, especialmente pessoal técnico e de apoio.

**Art. 20.** Esta Lei entra em vigor dois dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Ouro Preto do Oeste, em 30 de outubro de 2007, 118ª da República.*

**BRAZ RESENDE**  
**PREFEITO**

